

MUNDO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EFICIENTE E COM QUALIDADE

Ivan Carlos Zampin

Prof. Dr. Universidade Paulista (UNIP)

Fatima Bento de Oliveira

Professora Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

RESUMO

Esse trabalho tem por finalidade descrever conceitos atuais segundo autores sobre as condições em que se encontra a educação principalmente no Estado de São Paulo com a implementação das Escolas de Tempo Integral (ETI), proposta a qual estabelece um processo de preparação dos jovens estudantes para uma apropriação melhorada e consciente de como encarar o mercado de trabalho e estar vivenciando as evoluções sociais e tecnológicas que sofrem transformações cotidianamente.

Palavras Chave: Educação, Trabalho, Escola de Tempo Integral

ABSTRACT

This paper aims to describe current concepts according to authors about the conditions in which education is located mainly in the State of São Paulo with the implementation of the Schools of Integral Time (ETI), which establishes a process of preparation of young students for a Improved appropriation and conscious of how to face the labor market and to be experiencing the social and technological evolutions that undergo daily transformations.

Keywords: Education, Work, Full-time School

Introdução

No final do século XX e início deste século XXI, o setor da educação no Brasil tem enfrentado desafios advindos de recentes mudanças, trazidas pelas profundas transformações que têm ocorrido no mundo do trabalho. Neste contexto, as demandas de qualificação se referem a um tipo de trabalhador, com capacidades intelectuais que lhe permite adaptar-se ao regime flexível. Esta investigação tem como objetivo principal contribuir para o debate que se instalou no país em torno da relação entre tecnologia e educação, no qual se identificam duas vertentes distintas de análise: a primeira, que percebe o momento como um aprofundamento do Taylorismo/Fordismo, com a acentuação do processo de desqualificação para a maioria das ocupações, o que limitou a questão da elevação dos requisitos educacionais a um segmento cada vez menor da classe trabalhadora; e a segunda, que percebe a atual reestruturação produtiva como um movimento de ruptura em relação ao processo Taylorista/Fordista e uma tendência de elevação dos requisitos educacionais exigindo então, melhor elaboração educacional e políticas públicas, que realmente estejam voltadas para a educação dos trabalhadores da indústria, prestação de serviços e para a formação acadêmica, evidenciando que exista então uma grande competência no plano de gestão das políticas implantadas.

O grande desafio da sociedade capitalista neste início de século, portanto nesta época atual é a garantia de emprego a toda mão-de-obra disponível. Numa economia capitalista, a estagnação e a redução na demanda por mão-de-obra trazem sérias consequências econômicas, sociais e políticas.

Estas peculiaridades, típicas das economias subdesenvolvidas, dão ao desemprego uma dimensão social muito maior do que nas economias avançadas.

A redução do emprego formal e industrial devido à globalização

Nos países industrializados o desemprego voltou a ser problema após os anos 70, com o início das crises do petróleo, com a desregulamentação dos mercados internacionais e com a globalização financeira que marcou o fim dos “Anos Dourados” que tiveram início após a Segunda Guerra Mundial (MATTOS, 1997; MATTOSO; BALTAR, 1997).

As principais causas do aumento do desemprego nas economias centrais nas últimas três décadas foram: (1) a valorização do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, que

inibe o nível de investimentos e afeta a geração de empregos; (2) mudança na base técnica da economia, baseado no uso da micro-eletrônica em todos os setores produtivos. Esta tecnologia é extremamente poupadora de mão-de-obra e privilegia a mão-de-obra mais qualificada, tendendo a aumentar a desigualdade salarial; e (3) as políticas macroeconômicas contracionistas de cunho neoliberal, adotadas principalmente pela Inglaterra e Estados Unidos e que influenciam diretamente o Brasil.

O aumento do desemprego nestes países em função da globalização tem provocado grandes transformações no mercado de trabalho brasileiro, reservando:

[...] à questão social um grande quadro de contínua deterioração, que se expressa na queda dos salários reais, na ruptura das garantias de emprego formal, na precarização das relações de trabalho e no progressivo desmonte do Estado de Bem Estar Social (MATTOS, 1997, p. 122).

Gestão da educação e políticas educacionais

Neste contexto preocupante, apresenta-se a reforma educacional implantada no Brasil a partir da Lei 9394/96 (LDB) e, a seguir, nos dispositivos de regulamentação no que se refere à educação profissional, como o Decreto-Lei 2208/97 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, consubstanciadas no Parecer CNE/CEB nº 16/99, na Resolução CNE/CEB nº 04/99 e nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, assumem o papel como concepção orientadora de modelo das competências (BRASIL, 1996), (BRASIL, 2001).

A formulação, deste modelo e sua aplicação nos planos e programas de educação profissional têm, entretanto ocorrida de forma diferenciada em função de fatores com ênfase atribuída ao foco, “mercado de trabalho ou no indivíduo”, com articulação ou desarticulação, entre formação geral e formação profissional, dos distintos modelos epistemológicos que orientam a identificação, definição e construção de competências, condutivista, funcionalista, construtivista ou crítica e dos diferentes enfoques conceituais de competências, associando o meio em que se insere o trabalho e o trabalhador. As políticas de educação profissional do Ministério da Educação e Cultura, (MEC), evidenciam diferenciações na concepção e na forma de aplicação do modelo das competências para a formação do trabalhador (KUENZER, 1999).

Com a abordagem ao tema globalização, se pode concluir que a sociedade e os trabalhadores que estão atuantes no mercado de trabalho, passaram ou ainda passam pelo processo de armazenamento cognitivo/cultural pessoal, devido à necessidade do mercado, que a

todo o momento se transforma, implantando novas tecnologias e o ser humano acompanha esta evolução sendo o ator principal deste meio.

Segundo Kuenzer (1999), as reais mudanças da base eletromecânica para a base microeletrônica, ou seja, considerando assim a mudança da rigidez dos procedimentos para os chamados flexíveis, atingem com este formato inovador todos os setores da vida social e produtiva nas últimas décadas, passando a exigir dentro de um contexto educacional formal o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como, análise, síntese, estabelecimento de relações comparativas, rapidez de respostas e criatividade em face de situações advindas de setores desconhecidos, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para desenvolver tarefas em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões corporativas internas e externas, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente dentre outras especificidades.

O aprendizado devido à memorização, de procedimentos executados em processos de atividades de trabalho, passa a ser substituída pela capacidade de usar o conhecimento científico de todas as áreas para resolver problemas que surgem devido à globalização, o que exige educação inicial com ótima elaboração, continuada e rigorosa, em níveis crescentes de complexidade. Ao mesmo tempo nasce a exigência e surgem novos comportamentos de aprendizagem, em decorrência dos novos paradigmas de organização e gestão do trabalho, onde se compartilham dentre os grupos de trabalho, responsabilidades, informações, conhecimentos, formas de controle e de instrumentação, que se tornam comuns ao trabalhador e ao seu grupo (KUENZER, 1999).

Passa-se, portanto, a demandar uma educação de novo tipo, haja vista, estando em curso a construção de uma nova pedagogia e, portanto, de outro perfil de professor ou formador. Talvez a mais séria de todas as mudanças seja o fato de que essa nova educação só pode ocorrer com a extensão de processos pedagógicos intencionais e sistematizados, ou seja, pela ampliação dos processos escolares, em que a pouca complexidade aliada à transparência dos processos técnicos permita o desenvolvimento de competências por meio do próprio exercício laboral com procedimentos de observação à explicação de outros profissionais e a repetição.

Essa rápida análise permite identificar a primeira característica do professor capacitado e que se apoia nas ciências humanas, sociais e econômicas, que compreende as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, construindo categorias de análise que lhe permitam apreender as

dimensões pedagógicas presentes nas relações sociais e produtivas, de modo a identificar as novas demandas de educação e a que interesses elas se vinculam.

Com este formato compreender historicamente os processos de formação humana em suas articulações com a vida social e produtiva, as teorias e os processos pedagógicos, de modo a ser capaz de produzir conhecimento em educação e intervir de modo competente nos processos pedagógicos amplos e específicos, institucionais e não institucionais, com base em uma real e determinada concepção de sociedade.

Embora seu objeto de estudo seja focado nos processos pedagógicos que ocorrem no âmbito da sociedade e do trabalho, o professor ou formador com a especificidade dessa função se define então, pela sua intervenção em processos pedagógicos intencionais e sistematizados, como já foi comentado, transformando o conhecimento social, que é historicamente produzido pelas relações sociais, em saber escolar, selecionando e organizando conteúdos a serem trabalhados com formas metodológicas adequadas, construindo formas de organização e gestão dos sistemas de ensino nos vários níveis e modalidades, evidentemente participando do esforço coletivo para construir projetos educativos, escolares ou não, que expressem os desejos do grupo social com que está comprometido (KUENZER, 1998).

Segundo Deluiz, (1999), é possível concluir com esta discussão, que a Política de Educação Profissional do MEC objetiva "promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas", apesar de entender que "a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ou seja, ao trabalho, à ciência e à tecnologia garante ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social", onde essa mesma educação profissional está focada nas novas exigências do mundo do trabalho e explicitada de acordo com as áreas profissionais, determinando os perfis de competências, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. As "aptidões para a vida social" ou a preocupação com a formação ampliada dos sujeitos, que inclui a dimensão sociopolítica, não é definida ou mostrada com detalhes, ou ainda especificada na legislação educacional, o que cabe realmente a instituição local, que forma o indivíduo, ser uma referência quanto à valoração dos direitos e deveres, mostrando assim a existência de uma gestão educacional eficiente voltada para o cidadão.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996, p.27894.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

DELUIZ, N. O PLANFOR em ação: entidades executoras, cursos e formadores. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DO PLANFOR – uma política pública de educação profissional em debate, 1999, São Carlos, SP, *Anais...* São Paulo: UNITRABALHO, p. 115-125.

DELUIZ, Neise. Formação do trabalhador em contexto de mudança tecnológica. In: *Boletim Técnico do Senac*, v.20, n 1, p.14-25, jan./abr. 1994.

KUENZER, A. Z. "A formação dos profissionais da educação: propostas de diretrizes curriculares nacionais. Anped, 1998. (Mimeo.)

KUENZER, A. Z. As políticas de formação: *A constituição da identidade do professor sobrance*. Educação & Sociedade. Campinas, v.20, n.68, dez. 1999.

MATTOS, F. A. M. Lições do capitalismo organizado: o mercado de trabalho do Pós- Guerra nos países capitalistas centrais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 122-147, 1997.

MATTOSO, J.; BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 13-40, 1997.

MEZOMO, João Catarin: *Gestão da Qualidade na Escola: princípios básicos* / São Paulo: J.C.Mezomo,1994.